

# O Estado brasileiro e seus agentes na nacionalização de Porto Novo (Santa Catarina, 1926-1945)

## The Brazilian State and its agents in the nationalization of Porto Novo (Santa Catarina, 1926-1945)

João Vitor Sausen<sup>1</sup>

Doutorando em História  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
sausenjoao.vitor@gmail.com

Recebido: 27/11/2023

Aprovado: 10/11/2025

**Resumo:** Ao longo da primeira metade do século XX, as populações de origem imigrante no Brasil conviveram com políticas estatais que visavam a sua integração à perspectiva nacional brasileira, conhecidas como “políticas de nacionalização”. Estas, já durante o Estado Novo (1937-1945), foram formalizadas através da “Campanha de Nacionalização”. No caso da região de Porto Novo, no oeste de Santa Catarina, formada majoritariamente por pessoas de origem alemã, o Estado inseriu gradualmente as suas instituições, até a década de 1930, quando, à luz das ações imperialistas da Alemanha, e de políticas cada vez mais nacionalistas, iniciou um processo acelerado de nacionalização em nível local. Assim, através de instituições estatais, e com base em proibições de manifestações culturais, o Estado visava assegurar a fronteira, bem como eliminar um “quistão étnico”, nacionalizando a população. Neste sentido, no presente artigo iremos versar sobre o tema, apresentando a temática a partir das instituições estatais em nível local e de suas relações com a população.

**Palavras-chave:** Nacionalização; Porto Novo; Esfera pública oficial.

**Abstract:** Throughout the first half of the 20th century, populations of immigrant origin in Brazil lived with state policies that aimed at their integration into the Brazilian national perspective, known as “nationalization policies”. These, during the Estado Novo (1937-1945), were formalized through the “Nationalization Campaign”. In the case of the Porto Novo region, in the west of Santa Catarina, formed mainly by people of German origin, the State gradually inserted its institutions, until the 1930s, when, in light of Germany's imperialist actions, and policies increasingly nationalist, began an accelerated process of nationalization at the local level. Thus, through state institutions, and based on prohibitions on cultural manifestations, the State aimed to secure the border, as well as eliminate an “ethnic cyst”, nationalizing the population. In this sense, in this paper we will focus on the topic, presenting the theme from state institutions at the local level and their relations with the population.

**Keywords:** Nationalization; Porto Novo; Official public sphere.

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES/DS.

## A nacionalização

3 de junho de 1944. Transeuntes da pequena vila Peperi<sup>2</sup>, no interior do município catarinense de Chapecó, assistem à um tumulto em uma das ruas de chão batido. O soldado Noel, preso no dia anterior por agredir um teuto-brasileiro de sobrenome Zinger em plena rua, após a esposa deste ter falado em alemão com uma vaca, e deixá-lo preso e sem alimentação por 24 horas, é perseguido pelo filho do Escrivão de Paz. Há pouco, Noel havia fugido pela janela do escritório do Escrivão, onde tinha sido detido pelo Comissário de Polícia.<sup>3</sup>

A cena, de caráter cômico, que facilmente poderia ser roteiro de uma comédia pastelão, se destacou no cotidiano das políticas de nacionalização na localidade durante a Segunda Guerra Mundial. Na época, a fala ou escrita de qualquer língua vinculada aos países inimigos do Brasil era proibida. Desta forma, os castigos à Zinger eram motivados por uma necessidade de reprimir a população vinculada aos inimigos do Estado, em um esforço acelerado em torno da nacionalização de brasileiros em zonas consideradas como quistos étnicos<sup>4</sup> durante o conflito.

Seis meses antes, Zinger já havia sido detido por ter sido flagrado falando em alemão<sup>5</sup>. Detenções deste tipo foram corriqueiras, e envolviam até a apreensão de anotações de jogos de baralho, que chegavam a ser considerados, com imenso exagero, registros de inteligência militar alemã. Mas estas políticas repressivas, de modo geral, estavam alinhadas a outros esforços de instituições estatais, que tinham como finalidade a nacionalização da população local, majoritariamente nascida no Brasil.

A nacionalização, por sua parte, deve ser compreendida como as ações direcionadas a difundir uma identidade nacional, ou, o processo mesmo de identificação de indivíduos com os discursos referidos. No caso brasileiro, houve, durante o Estado Novo, uma campanha institucionalizada de nacionalização, visto que as autoridades percebiam no significativo número de indivíduos de origem imigrante um estado de desnacionalização, observado na fala cotidiana de línguas estrangeiras.

As políticas de nacionalização da época não envolviam somente a proibição da fala em línguas estrangeiras vinculadas aos países inimigos, como também uma maior presença do Estado no

---

<sup>2</sup> Atual município de Itapiranga, Santa Catarina. Na época, seu território também dizia respeito aos hoje municípios de São João do Oeste e Tunápolis, além de partes do território de Iporã do Oeste e Mondaí. Esta localidade foi fundada em 1926 como “Colônia Porto Novo”, e, no presente trabalho, faremos uso desta denominação para nos referirmos à mesma, uma vez que o termo “Vila Peperi” foi utilizado apenas entre 1943 e 1948.

<sup>3</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 24.

<sup>4</sup> “Quistos étnicos” se referiam a povoações cujas manifestações culturais, especialmente as linguísticas, diferiam daquelas oficiais, estando vinculadas a comunidades de origem imigrante. Desta forma, eram percebidas como localidades não integradas, formando “quistos” dentro do Estado-Nação. Ver mais em: NEUMANN, 2003.

<sup>5</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 21.

cotidiano, com o estabelecimento de instituições capazes de integrar estas populações – de acordo com a perspectiva do período. Também é preciso considerar o espectro de um “perigo alemão”, que tomou força a partir do final da década de 1930<sup>6</sup>. A partir desta concepção, as populações de origem alemã estabelecidas no Brasil, e observadas como não integradas, eram pontes para o imperialismo alemão, o que impunha a necessidade de vigiá-las e controlar suas ações. Além disso, as medidas de nacionalização foram direcionadas de forma acelerada e emergencial, visando neutralizar o problema a partir da integração rápida destes indivíduos.

## Considerações teórico-metodológicas

Consideramos, como ponto de partida, a abordagem teórico-metodológica do espanhol Alejandro Quiroga com relação à nacionalização. Este autor, a partir de suas pesquisas, direcionadas especialmente à construção do Estado-Nação e a nacionalidade na Espanha, propõe uma perspectiva para os estudos de nacionalização neste país, que pode, com grande eficácia, ser aplicada ao contexto brasileiro. Quiroga (2011, 2013) classifica em três as ‘esferas de nacionalização’, meios aos quais o indivíduo tem contato com discursos sobre a nação e pode ser incorporado à uma perspectiva nacional. Estas esferas podem, por vezes, representar diferentes discursos nacionais, ora alinhados entre si, ora conflitantes.

Em um primeiro ponto, consta a *esfera pública oficial*, que diz respeito ao Estado e suas instituições. Segundo o autor, nesta esfera atuam as instituições oficiais, dos mais variados níveis, e que constam como “agências nacionalizadoras”. Assim, representam “la escuela, el servicio militar y los

---

<sup>6</sup>René Gertz (1998) afirma que as noções em torno de um suposto perigo alemão começaram a ser difundidas após o fortalecimento de políticas de expansão colonial por parte da Alemanha recém unificada, no final do século XX. A partir de uma observação do colonialismo alemão, de políticas de subsídios para as comunidades de origem alemã no exterior - aliada à suposta não integração destas comunidades no Brasil-, e de uma propaganda especialmente por parte dos franceses, diversos ideólogos passaram a denunciar o que seria, para eles, uma ação que visava a anexação destas regiões para com o Reich alemão. Reforçando esta perspectiva, Karen Lisboa (2008) explica que a ideia de um perigo alemão foi inicialmente difundida pelas potências europeias, que temiam a anexação de suas colônias na América por parte dos alemães, o que foi rapidamente absorvido pelo imaginário político e social brasileiro. Todavia, Gertz (1998) afirma que estas intenções expansionistas nunca foram política de Estado, restringindo-se a delírios de alguns pangermanistas mais exaltados, o que é confirmado nos recentes estudos do alemão Frederik Schulze (2024), que investiga os discursos coloniais sobre o Brasil na Alemanha. A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e a perda de suas colônias, por sua vez, fez com que arrefecessem as denúncias em torno de um perigo alemão, que retornaram apenas após a ascensão de Adolf Hitler e o desenvolvimento de políticas militaristas e expansionistas na Europa. Para este contexto, autoras como Marionilde Brepohl de Magalhães (1998) e Ana Maria Dietrich (2012) expõem a formação de expansão do Partido Nazista no Brasil, que chegou a ter o maior número de filiados fora da Alemanha, e, àquela época, fez ressurgir as preocupações para com o expansionismo alemão no país, motivando políticas de nacionalização e repressão durante o Estado Novo.

diversos servicios de funcionarios, como correos, el sistema judicial o los transportes públicos. Estos funcionarios son los encargados de transmitir la idea oficial de nación [...]” (Quiroga, 2013, p. 24).

Além desta, o autor também classifica a *esfera semipública*, como “[...] aquella en la que actúan instituciones privadas en espacios públicos” (QUIROGA, 2013, p. 25). Como, “[...] partidos políticos, sindicatos, asociaciones culturales, grupos deportivos e instituciones religiosas” (idem). Nesta esfera, segundo o autor, podem existir espaços de sociabilidade onde circulam discursos consonantes aos oficiais, ou identidades nacionais alternativas, que podem confrontar as perspectivas oficiais.

Por fim, Quiroga (2011, 2013) cita a *esfera privada*, que diz respeito ao “[...] entorno familiar y de las amistades del individuo” (QUIROGA, 2013, p. 27). Para esta esfera, tem importância os chamados “instrumentos de personalización de la nación”, cujo termo pode ser traduzido de forma pouco adequada como “instrumentos de pessoalização da nação”. Estes, de acordo com Quiroga, representam “[...] canales de comunicación por los cuales las personas se van creando una idea de lo que es la nación” (2013, p. 27).

Em nossa investigação, procuramos apresentar como o Estado brasileiro construiu sua esfera pública em Porto Novo ao longo das décadas de 1920 e 1930, até o contexto de guerra, e, a partir de então, à luz do conflito. A partir desta perspectiva, é possível verificar a relação com a população local, e a gradual ampliação desta esfera pública, por meio de interferências no meio semipúblico, bem como o meio privado. Tal análise é realizada através de indícios da presença e das ações estatais, cujas fontes utilizadas estão apresentadas na seção a seguir.

### **As fontes para os estudos de nacionalização**

Uma investigação adequada dos processos de nacionalização e seus impactos teria de tomar em conta as experiências de cada indivíduo ou, no máximo, a de grupos menores. Todavia, a impossibilidade de acesso a fontes cujo conteúdo fosse satisfatório para este recorte durante o período – visando a análise da realidade de Porto Novo –, conduz a outro tipo de perspectiva. Neste sentido, buscamos indícios de como o Estado construiu sua presença em nível local, a partir da concepção de *esfera pública oficial* anteriormente exposta, e como estas instituições e agentes vinculados ao Estado conduziram políticas de nacionalização ao longo dos anos. Assim, buscamos indícios em documentações variadas, sejam aquelas produzidas em nível local ou as de autoria de esferas estatais.

Para Porto Novo, enquanto documento essencial para esta abordagem tem relevância o Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, que abrangia toda a região de estudo. Este Livro Tombo, acessado em formato físico junto à Paróquia, é composto por registros manuscritos dos padres que atuavam na localidade, contendo relatórios anuais, bem como menções a situações cotidianas de Porto Novo a partir de suas perspectivas, registradas com a informação das datas, de forma cotidiana. Desta forma, é uma fonte de grande relevância para a abordagem das ações estatais em nível local, uma vez que o Estado disputava com a autoridade dos padres, representantes da *esfera semipública*, a inserção da *esfera pública oficial* em nível local.

Assim, as instituições regidas pela autoridade religiosa disputavam espaço com aquelas inseridas gradualmente pelo Estado, de forma que no Livro Tombo é possível obter informações e perspectivas dos religiosos acerca deste processo. Um complemento a esta documentação é o livro “História das Casas”, publicado pelo padre Inácio Spohr em 2016, que contém um compilado dos registros do Livro Tombo, bem como correspondências dos padres jesuítas que atuaram na paróquia local e realizadas durante aquele período.

Também são relevantes, neste sentido, os registros sobre o processo realizados através de memórias daqueles que residiam em Porto Novo na época. No presente trabalho, são utilizados duas destas obras. A primeira, de autoria da imigrante alemã Maria Wiersch Rohde (1896-1971), denominada “Espírito pioneiro: herança dos antepassados”, publicada originalmente em língua alemã em 1951, é caracterizada como uma iniciativa memorialística do primeiro quarto de século da localidade, realizada a partir da vivência da autora<sup>7</sup>.

Neste sentido, estão presentes na obra diversos registros diretos e indícios das iniciativas estatais de nacionalização em nível local, ainda que sujeitas à passagem do tempo e à seleção de informações - que muitas vezes poderiam ser mais onerosas aos seus interlocutores. Além da obra de Rohde, também possuem relevância as memórias de vida da imigrante teuto-romena Ida Müller Welter (1923-2019), publicadas em uma edição bilíngue (*hunsrückisch*<sup>8</sup>-português) em 2010, intitulada “Uma imigrante teuto-romena e outros escritos”. De maneira semelhante à obra de Maria Rohde, Ida Welter registra algumas questões da nacionalização a partir de sua vivência pessoal, com informações de grande relevância para o presente estudo.

<sup>7</sup> Em 2011, em um projeto coordenado por Paulino Eidt, a obra recebeu sua primeira edição em língua portuguesa: ROHDE, 2011.

<sup>8</sup> *Hunsrückisch* ou *Hunsrück* é o principal dialeto de origem alemã falado no Brasil.

Junto a estas obras, também existem pequenos registros, coletados por Roque Jungblut (2011), em sua obra “Porto Novo: um documentário histórico”, com entrevistas a diversos ‘pioneiros’ e habitantes de Porto Novo na época. E, por fim, o livro “Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina”, de autoria do padre jesuítas Luiz Heinen (1997), também registrou entrevistas a indivíduos que vivenciaram o período. Todos estes registros permitem perceber, através de vivências pessoais, como as ações estatais de nacionalização permearam o cotidiano, além de compreender a gradual inserção da esfera pública oficial na vida da população.<sup>9</sup>

O Estado, por sua vez, teve nas leis e decretos os seus meios legais para efetuar políticas de nacionalização. Assim, é relevante o cruzamento destas legislações com as ações perpetuadas em nível local, permitindo perceber a efetivação ou não daquelas. Além disso, é relevante pontuar que algumas ações estatais em nível local vinculadas à nacionalização não tinham base legal, de forma que este aspecto pode ser reconhecido na ausência de leis e decretos como fundamentação (ou interpretações alternativas aos mesmos).

## O período de paz

A colônia Porto Novo foi fundada em 1926, a partir de uma iniciativa da *Volksverein für die Deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*<sup>10</sup>, que visava a formação de uma povoação exclusiva para alemães e seus descendentes de fé católica. Esta associação havia sido formada no estado do Rio Grande do Sul a partir do fim da *Bauerverein*<sup>11</sup>, que havia funcionado por alguns anos como uma organização interconfessional e interétnica voltada a atender as demandas das comunidades imigrantes residentes naquele estado na época<sup>12</sup>. Entre as demandas, estava a abertura de novas frentes de colonização, uma vez que predominava uma grande expansão demográfica e um alto preço nas terras das chamadas “colônias velhas”. Uma destas colonizações foi a de Serro Azul, fundada no noroeste do estado em 1902, e voltada a alemães católicos.

<sup>9</sup> Todavia, é necessário pontuar que, à exceção de Maria Rohde (2011 [1951]), os demais autores realizaram estes registros da memória com um expressivo afastamento com relação aos eventos, o que faz necessário um atento cruzamento de informações para comprovar a sua veracidade - exercício inevitável à qualquer investigação em História, e, neste caso, elemento metodológico central da pesquisa.

<sup>10</sup> Associação Popular para os alemães católicos do Rio Grande do Sul. Seu nome oficial, em língua portuguesa, era Sociedade União Popular.

<sup>11</sup> Denominada, em língua portuguesa, como Associação Riograndense dos Agricultores.

<sup>12</sup> De acordo com Arthur Blásio Rambo (2011), ainda que esta entidade tenha sido fundada por católicos, especialmente a partir da figura do padre jesuítas Theodor Amstad, ela acabou por ser interconfessional e interétnica, atendendo imigrantes e seus descendentes de várias origens.

Rompida a *Bauerverein*, em 1912 foi fundada a *Volksverein*, como uma entidade voltada aos alemães católicos e dirigida especialmente por padres jesuítas. Durante vários anos esta associação buscou a autorização do governo do estado do Rio Grande do Sul, presidido por Borges de Medeiros (1913-1928), para a formação de um núcleo de colonização com um recorte étnico e confessional voltado para alemães católicos<sup>13</sup>. Todavia, impossibilitada de conseguir terras no estado do Rio Grande do Sul, a associação aproveitou-se das dificuldades financeiras da *Cia. Chapecó-Pepery Ltda.*, que conduzia uma colonização no extremo-oeste de Santa Catarina, para adquirir terras e instalar, junto à fronteira com a Argentina, a sua iniciativa de colonização.

Assim, foi fundada, em 11 de abril de 1926, a colônia Porto Novo, com um recorte exclusivo para alemães e seus descendentes que fossem de religião católica. Esta colonização era baseada em um modelo de pequenas propriedades, as colônias (cerca de 25 hectares), organizadas em pequenos povoados - as comunidades ou “linhas”. Inicialmente, havia duas sedes urbanas, Itapiranga e Capela. Na primeira, estavam estabelecidos os padres jesuítas, e na segunda, alguns dos principais nomes da administração colonial, como Carlos Rohde<sup>14</sup>.

Nas primeiras décadas de existência, a construção de estruturas necessárias, na ausência do Estado, era suprida por obras coletivas em caráter voluntário promovidas pela população. Assim, foram erguidas igrejas, escolas e hospitais, todas a partir de mutirões e arrecadação de verbas pela comunidade local. Nestes primeiros anos, também eram as organizações privadas, como a associação de colonização, ou a paróquia, que conduziam os rumos da região e realizavam tarefas básicas da administração local.

Em abril de 1929, Porto Novo recebeu a visita do então presidente do estado, Adolfo Konder, acompanhado de uma comitiva de cerca de 30 autoridades políticas, como deputados e membros do executivo catarinense. Na ocasião, o grupo teria sido recebido, de acordo com Othon Gama D'Eça, um dos integrantes da comitiva, por “bandeiras nacionais nas mãos das crianças; bandeiras nacionais no topo das casas [...]”, provas de um “sadio nacionalismo de sua população” (1992 [1930], s/p.). A população, assim, vinha “[...] aclamar o chefe do Estado, que ia integrar uma porção querida de Santa Catarina nos destinos comuns da Pátria brasileira” (idem).

<sup>13</sup> Neste período, considerava-se alemão todo aquele que mantivesse as manifestações culturais desta origem, independentemente do local de nascimento, especialmente a fala do *Hochdeutsch* (o alto alemão, língua oficial da Alemanha) ou de algum dialeto alemão.

<sup>14</sup> Alemão, marido de Maria Wiersch Rohde.

A visita do presidente Konder e de sua comitiva tem grande relevância, uma vez que aquela era a primeira vez que um chefe do executivo catarinense visitava a região. Além disso, como a resolução do litígio territorial com o estado do Paraná, conhecido como Questão do Contestado, havia sido recente, junto à solução de outro litígio, a Questão de Palmas – entre a Argentina e o Brasil -, aquela visita tornou-se uma tomada de posse simbólica em nome dos estados de Santa Catarina e da União.

Uma das questões mais relevantes da presença de Adolfo Konder foi a mudança do nome de Porto Novo para Itapiranga por sua sugestão. Esta alteração, de acordo com José Boiteux (1865-1934), Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, que acompanhou a comitiva, era extremamente positiva, uma vez que Itapiranga era um nome de origem indígena, e era utilizado ao invés de outras nomenclaturas que faziam alusão à países estrangeiros<sup>15</sup>. A passagem da comitiva presidencial também incorreu em uma ampliação da presença do Estado em nível local, com a concessão de subsídios à duas escolas (tema que será abordado na seção seguinte), e as promessas de instalação de uma unidade de telégrafos e da alçada da localidade à condição de distrito.

Esta última promessa foi cumprida apenas em 1932, uma vez que o grupo dirigente do estado de Santa Catarina foi removido do poder com a “Revolução” de 1930. A criação do Distrito, por sua vez, possibilitou a instalação de algumas repartições públicas, como um registro civil e uma subdelegacia, além da própria intendência distrital, exercida por Carlos Rohde, que àquela época era também o administrador da colonização. Desta forma, a condição de Distrito pode ser percebida como o primeiro momento de maior relevância da presença de instituições estatais em nível local, que foi ampliada gradativamente a partir dos anos seguintes.

## O conflito escolar

Nos primeiros anos de existência, a população local de Porto Novo é que estabeleceu instituições de ensino, em um formato de “escolas paroquiais”. Estas escolas eram vinculadas ao controle paroquial, e dependiam da contribuição familiar. Neste modelo de ensino, os professores vinham de outras localidades, ou eram escolhidos entre a própria população, com a seleção daqueles que tinham um nível maior de escolaridade. Estes professores recebiam da comunidade um auxílio

<sup>15</sup> “Sua séde é a risonha Itapiranga, nome indígena como são Mondahy e tantos outros que os colonizadores daquela região estão preferindo aos Neu Bremen, Neu Berlim, Neu Breslau que tanto nos arrepia os pavilhões auriculares e as Novas Venezia e Novas Palermo que, em cada canto colonizado por antigos directores de nucleos, se encontram seguidamente” In: BOITEUX, 2005, p. 21-22.

financeiro, uma casa e o empréstimo de um pequeno lote de terras, de onde deveriam complementar os seus sustentos e de seus familiares. Em geral, havia escolas nas pequenas comunidades do interior, e nas sedes. Estas, funcionavam em caráter multisseriado, e tinham um currículo voltado às necessidades básicas dos alunos, vinculado ao catecismo e conduzido majoritariamente em língua alemã, já que este era o idioma da comunidade.

Durante a visita do presidente Adolfo Konder, como já mencionado, foi anunciado o subsídio estadual aos professores das escolas das sedes Itapiranga e Capela. De acordo com a mensagem anual de Adolfo Konder ao legislativo catarinense, realizada em 1929, após a visita, o estado utilizava destes subsídios “[...] nos lugares em que as escolas particulares ministram, com a devida eficiência, a língua vernácula e nela outrossim as demais disciplinas, o Estado tem evitado a localização de escolas suas, salvo quando reclamadas pelos respectivos habitantes, por carência de recursos dos mesmos”<sup>16</sup> (p. 75).

Durante os três anos seguintes, estas instituições subsidiadas eram as únicas nas quais o Estado possuía algum nível de inserção, sem ter instalado suas próprias escolas na localidade. As instituições de ensino, por sua parte, têm grande relevância para a construção de perspectivas nacionais, uma vez que a partir delas são difundidas línguas nacionais, bem como sentimentos de pertença, fomentados através de noções comuns de cultura, história e geografia, presentes nos currículos escolares.

Todavia, a partir de 1935, com eleição de Nereu Ramos como governador do estado pelo parlamento catarinense, foram instituídas gradualmente políticas de nacionalização do ensino. Já naquele ano, foi instalada uma escola pública na Sede Itapiranga. Para buscar o enfraquecimento desta instituição, o pároco Francisco Xavier Riederer inicialmente avisou aos pais que matriculassem seus filhos na escola paroquial, em detrimento da escola pública. Além disso, em uma carta do pároco ao Padre Provincial, em 4 de abril de 1936, informava que aqueles alunos matriculados na escola pública não eram admitidos na comunhão solene (Spohr, 2016, p. 61-62).

Mas as principais medidas de nacionalização desenvolvidas pelo Estado e vinculadas ao ensino foram realizadas em 1938. Neste ano, através do Decreto-Lei estadual Nº 88<sup>17</sup>, referente a diretrizes sobre o ensino primário no estado de Santa Catarina, foi definido que este deveria ser conduzido por

<sup>16</sup> KONDER, Adolfo. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolfo Konder, Presidente do Estado de Santa Catharina.* 1929. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/189#?c=0&m=132&s=0&cv=0&r=0&xywh=-122%2C-333%2C3431%2C2420>. Acesso em 02 nov. 2021.

<sup>17</sup> SANTA CATARINA. *Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938*. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

brasileiros natos ou naturalizados, e exclusivamente em língua portuguesa (exceto no ensino de algum idioma estrangeiro). Este Decreto-Lei também estabelecia critérios para o fechamento temporário ou definitivo de escolas em função do descumprimento de normativas.

Já no dia 6 de julho de 1938 foi registrado, no Livro Tombo, o aviso do fechamento da escola masculina da Sede Itapiranga<sup>18</sup>. A razão para o seu fechamento foi o descumprimento de normas estabelecidas pelo Decreto-Lei anteriormente citado, pois, de acordo com o registro na obra de Spohr (2016) “[...] aquela escola não ministra o ensino em português; as escolas rurais devem ser regidas por brasileiros natos, nelas não se ensinando idioma estrangeiro a menores de 14 anos” (p. 68). Além disso, buscava-se o afastamento imediato do pároco, que conduzia a resistência contra as políticas estaduais.

Apesar da imposição das novas regulamentações, é perceptível que estas não foram seguidas em nível local, uma vez que no dia 3 de setembro de 1938 a paróquia recebeu a notícia da publicação do Decreto estadual N° 516 (do dia 27 de agosto), que impunha o fechamento de todas as escolas particulares de Porto Novo, em função do não cumprimento do Decreto-Lei N°88<sup>19</sup>. A partir do fechamento, o Decreto também estabelecia que instituições públicas estaduais seriam estabelecidas nas mesmas estruturas, apropriando-se dos edifícios escolares.

Com a apropriação dos edifícios das escolas, que pertenciam à paróquia, houve protestos, dentro daquelas possíveis no período, bem como a busca por um intermédio junto ao bispado e outros âmbitos, a fim de reverter a ação. Um exemplo é ordem do Prelado, recebida via telegrama: “sino sobre finado três dias cada semana; reúna povo todas as noites rezar terço intenção escola e governador mude parecer”<sup>20</sup>. Apesar dos protestos e das tentativas de reversão do Decreto-Lei, este foi inflexível, com a perda definitiva das escolas por parte da Paróquia. Mesmo o Colégio das Irmãs da Divina Providência, entidade particular instalada na Sede Itapiranga havia poucos meses, também teve de se submeter às novas normativas. Além de cumprir com as regras do ensino em língua portuguesa, a primeira diretora da escola, Irmã Tabita, também teve de deixar o cargo, uma vez que era alemã (Spohr, 2016).

A partir da estatização, o ensino passou a ser rigidamente fiscalizado por Inspetores Escolares, ora provenientes do âmbito local, ora enviados de outras regiões. Os professores, por sua vez,

<sup>18</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 14.

<sup>19</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

<sup>20</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

poderiam ser oriundos do meio local, desde que tivessem um conhecimento adequado de língua portuguesa, bem como fossem brasileiros natos ou naturalizados. Todavia, a estatização do ensino e a apropriação de suas estruturas pelo governo de Santa Catarina, não resolveu a questão escolar. Pelo contrário, ao impedirem o exercício profissional por estrangeiros ou indivíduos que não se adequavam à legislação vigente, algumas escolas permaneceram longos meses sem terem professores atuando, e, portanto, fechadas.

Também houve ações de resistência à instalação dos novos professores, por parte da Paróquia – que coordenava os esforços –, e a população local. Segundo um registro do Livro Tombo, de 1940, “pelos fins de agosto veio telegrama do Snr. Mota Pires inspector de aulas nomeando Alfredo Chaves como professor da aula de Popi – S. Rafael”<sup>21</sup>. Chaves, de uma origem diferente a da maioria da população de Porto Novo, era desqualificado com argumentos moralistas e racistas: “esse Chaves é um moreno casado com uma mulher, toda doente, não tem com que sustentá-la, mora numa casinha pertencente a Alfredo Haubert, escrivão público”<sup>22</sup>.

Ao longo deste período, eram contínuas as exonerações de professores, em função de descumprimentos de alguma normativa, o que incorria em longos períodos de fechamento para algumas escolas. No início do ano de 1941, dois professores foram exonerados por terem inscrito seus próprios filhos nas listas de alunos como não falantes da língua portuguesa<sup>23</sup>. Por consequência, a escola da capela de Santo Inácio permaneceu o ano todo sem um professor, enquanto que na Linha Cotovelo houve uma interrupção de cerca de meio ano.

Apesar destas paralisações, e das imposições estatais, também foram registrados casos em que a população obteve sucesso em seus atos de resistência. Um exemplo ocorreu a partir de 20 de maio de 1945, quando se apresentou na escola da Linha Baú o recém nomeado professor Bernardino Morais. Este, foi descrito de forma pejorativa no Livro Tombo como ex “chauffeur na ‘Serrana’ em Passarinhos”<sup>24</sup>. Além de o representarem como desqualificado, a Paróquia e a população pressionaram por sua saída. Como consequência, oito dias depois, “o tal Bernardino Morais parte outra vez”<sup>25</sup>, ou seja, deixou sua função como professor.

<sup>21</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 17.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 20.

<sup>24</sup> Companhia de viação. Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 29.

<sup>25</sup> Idem.

De forma geral, estes conflitos demonstram como a relação entre as políticas de nacionalização conduzidas pelo Estado e a população não era um processo passivo, e esta tinha uma contínua aceitação ou resistência, de maneira que o processo está demarcado por uma negociação direta. Todavia, mesmo com o fim da guerra, as estruturas escolares permaneceram sob o domínio estatal, o que representou que neste contexto foram estabelecidas as bases para o monopólio estatal do ensino em nível local. As proibições da língua alemã no âmbito escolar, por sua parte, também foram mantidas.

### **A guerras e as ações repressivas**

As prisões de Zinger, relatadas anteriormente, bem como de vários outros moradores da região, ocorreram a partir de 1942, ano em que as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha foram rompidas (janeiro) e alcançaram o estado de guerra (agosto). Naquele ano, é relevante a instalação de um contingente da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul em Porto Novo. Esta instituição havia sido estatizada em 1938, e alocada para a localidade a fim de realizar a vigilância do espaço fronteiriço e das atividades da população local frente ao conflito.

Em Porto Novo, sua sede passou a ser o clube Sete de Setembro (fundado em 1938, como Schützenverein<sup>26</sup>), onde mantinha uma prisão, bem como um acampamento junto ao rio Macaco Branco, e uma casa na Linha Presidente Becker, onde foram realizadas torturas durante a guerra (MAYER, 2016, 2017). É relevante, neste sentido, a apropriação da estrutura de associação cultural local para a instalação de uma unidade policial de fiscalização de sua população. A atuação da Brigada Militar tinha como finalidade, na região, a segurança do espaço fronteiriço, que, com relação à República Argentina, era historicamente considerado como possível palco de um conflito, perspectiva acentuada em função da guerra com a Alemanha e noção de um possível alinhamento do país vizinho com esta<sup>27</sup>.

Entre as primeiras ações em nível local vinculadas à guerra, estava a proibição de manifestações faladas ou escritas em língua alemã em qualquer espaço, fosse ele público ou privado, incluindo as

<sup>26</sup> Associação de atiradores. Esta Associação, apesar de ter sido fundada com o nome oficial em alemão, somente pôde efetuar seu registro oficial em 1941, quando estava em voga a proibição de nomes em língua estrangeira para entidades culturais. Desta forma, foi adotado um nome que fazia alusão a um patriotismo brasileiro, o que é percebido como uma maneira de negociação da comunidade local em um contexto de ações de nacionalização e repressão a pessoas de origem alemã. Ver mais em: JUNGBLUT, 2011 e SAUSEN, 2022.

<sup>27</sup> Ver mais em: FERRAZ, 2005.

atividades religiosas<sup>28</sup>. As contravenções geravam punições, como castigos físicos e prisões por períodos curtos, como foi o já citado caso de Zinger, preso duas vezes, a primeira por ter falado em alemão, e a segunda, por sua esposa ter falado em alemão com uma vaca.

A proibição das manifestações em alemão pode ser considerada como a ação de maior impacto para a sociedade local na época. É preciso compreender, neste sentido, que a língua alemã e seus dialetos configuravam a língua materna da grande maioria da população, sendo estes os idiomas de conversação nos meios comunitários e também nos lares. A língua portuguesa, por sua parte, funcionava mais como um idioma burocrático, funcional para ações vinculadas ao Estado, bem como pelo comércio, de forma que a maioria da população enfrentava variados graus de dificuldade em se manifestar nesta língua. Outros, desconheciam por completo a língua portuguesa, podendo manifestar-se somente em algum dialeto alemão.

Por parte das crianças, a maioria destas ingressavam nas escolas sem conhecimentos da língua portuguesa, de forma que não podiam se manifestar em seus idiomas, dada a proibição vigente. Por parte dos professores, não havia a possibilidade de utilizar o alemão como meio para ensinar a língua portuguesa, já que ações deste tipo ocasionaram prisões. Também tomou força no meio social a figura do ‘delator’, aquele que denunciava às autoridades contravenções à norma realizadas pela população e que contribuía na instauração de um medo vinculado às punições. Este fenômeno foi denominado por Rosane Neumann (2003) como “lógica da desconfiança”, sendo os delatores auxiliares das políticas estatais de nacionalização. Além disso, os delatores também buscavam vantagens para si, utilizando das proibições em voga para suas próprias estratégias pessoais, como em conflitos locais.

Com relação a este aspecto, Leandro Mayer (2021) apresenta o conceito de “politicalha de aldeia”. De acordo com a análise do autor, voltada aos Processos-Crime do Tribunal de Segurança Nacional na região oeste do estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria das denúncias que acarretavam nestes processos estavam destinadas a instrumentalizar conflitos locais. Neste sentido, grande parte destas denúncias não tinham fundamentos, ou eram marcadas por aspectos sem qualquer relevância para a ‘segurança nacional’.

Um conjunto de casos relevantes deste aspecto, para a realidade local, foi analisado por Leandro Mayer em sua Dissertação de Mestrado (2016). De acordo com o autor, em 1942, denúncias sobre um suposto contrabando de armas a partir da República Argentina para armar um levante

<sup>28</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 21.

integralista no Brasil, levou à prisão e tortura de vários ex-integrantes do núcleo integralista local, bem como de vários comerciantes da região. A cada indivíduo que era preso e torturado, eram realizadas delações forçadas, que envolviam novos indivíduos em uma trama que incorreu em meses de prisão. Por fim, o grupo foi inocentado pelo Tribunal de Segurança Nacional (MAYER, 2016, 2017). Apesar de ser inocentado, um destes indivíduos, Anton Kliemann, desenvolveu problemas psicológicos em decorrências das torturas e do período de prisão, que levaram ao seu suicídio, em 1952.

Mas este processo, somado à um contexto de guerra cada vez mais recrudescido, atingiu um conjunto muito maior da população local. Em agosto de 1942, mês em que após o afundamento de seis navios brasileiros na costa nordeste pelo U-507, o Brasil declarou guerra à Alemanha (dia 31 de agosto), foram realizadas diversas prisões de estrangeiros em Porto Novo. Daniela, filha de Maria Rohde, registrou várias destas prisões em seu diário<sup>29</sup>. Segundo ela, no dia 23 de agosto de 1942, “[...] todos os homens alemães foram autuados e presos e [...] 11 já haviam fugido para a Argentina” (ROHDE, 2011 [1951], p. 245). Também foi anunciada a recolha de todos os rádios, ação que visava impedir possíveis contatos com a Alemanha.

No dia 2 de setembro, com a guerra já declarada, foram levadas novas levas de prisioneiros: “2 de setembro – Um carro cheio de prisioneiros daqui partiu hoje para [sede] Itapiranga. Entre eles se encontravam todos os Custodies; o velho pai, o filho e a Sra. Eleanor von Prowshinski, que dirigia a casa; e o nosso rádio” (ROHDE, 2011 [1951], p. 247). Estas ações continuaram no dia seguinte: “[...] hoje saiu outro caminhão carregado de prisioneiros, 33 pessoas foram levadas daqui” (idem).

Todas estas medidas eram ações que visavam garantir a segurança do espaço fronteiriço, mas também foram registradas em outras regiões do país. Priscila Perazzo (1999) abordou a repressão policial ao chamado “perigo alemão” durante o Estado Novo, percebendo a formação de diversos campos de prisioneiros durante a Segunda Guerra Mundial, que concentraram nacionalidades inimigas e visavam afastar estes indivíduos do resto da sociedade como iniciativa de segurança nacional.

Em Porto Novo, como forma de escapar de possíveis prisões, um grupo de alemães optou por se refugiar na República Argentina. Este grupo ficou conhecido como “Coluna dos 13”, apesar de ter sido formado inicialmente apenas por 11 indivíduos que conseguiram completar a fuga (JUNGBLUT, 2011). Sobre este tema, Luiz Heinen (1997), em sua obra sobre a história da região, menciona a fuga

<sup>29</sup> Diversos trechos deste diário foram incluídos na obra de Maria Rohde, como registros históricos do período e de forma a utilizar as visões de sua filha como meio para chocar os seus leitores pelos atos extremos realizados durante aqueles dias.

de Wilhelm Rost. Este, ao deixar a região, confiou a administração de sua propriedade ao pai de Heinen, afirmando que “eu e alguns companheiros não desejamos os sofrimentos da prisão, por motivo de guerra. Por isso estamos a caminho da Argentina” (1997, p. 184).

Herman Scholz, entrevistado na década de 1990 por Roque Jungblut, registra que o grupo inicial daqueles que buscaram o exílio na Argentina era muito maior. Segundo Scholz, “nem todos que entraram no mato da Argentina para fugir tiveram coragem para continuar. Primeiramente entramos no mato cerca de dois quilômetros e espíamos por dois dias para ver se vinha alguma perseguição” (JUNGBLUT, 2011, p. 474). A fuga para a Argentina era simples, uma vez que a fronteira entre este país e o Brasil é o rio Peperi-Guaçu, um curso de água estreito e, em grande parte dos locais, de pouca profundidade, permitindo até a travessia a pé. Todavia, mesmo com a travessia realizada, Scholz informa que alguns dos participantes desistiram da fuga e retornaram para o Brasil, onde foram presos (Jungblut, 2011, p. 474). Um dos que desistiram da fuga era o teuto-brasileiro Bruno Eidt, que sofreu diversas represálias ao longo do ano de 1943, quando foi preso e submetido à castigos por parte da Brigada Militar<sup>30</sup>

Aqueles que conseguiram se refugiar efetivamente na Argentina se estabeleceram em localidades como Campo Grande, Oberá, Puerto Rico ou San Pedro, no Território Nacional de Misiones, onde passaram a atuar em diversos ramos. Scholz, por sua parte, trabalhou em uma madeireira e como balconista em Oberá, até seu retorno, em 1947, a pedido dos pais (JUNGBLUT, 2011).

Mas a fuga daquele grupo para a Argentina não gerou apenas represálias aos que desistiram do exílio, mas à também familiares e pessoas próximas aos exilados. Um caso notável é o de Maria Dietz, esposa de Josef Dietz, um dos refugiados na Argentina. Ao final do mês de novembro de 1942, ela “[...] que teria sido torturada e molestada de várias formas, havia fugido para a Argentina, para onde seu marido fora oito semanas antes” (ROHDE, 2011 [1951], p. 253). Nesta viagem, foi acompanhada de seus dois filhos, Alfons e Martin, estabelecendo-se em San Pedro, Misiones, junto ao marido. Ao final da guerra, apenas Alfons retornou para o Brasil.

Para os estrangeiros que permaneceram, houve outras consequências ao longo dos meses seguintes. Neste sentido, no dia 5 de janeiro foi apresentado pela Brigada Militar ao pároco um programa de festividades a serem realizadas no dia 10, em alusão à “retirada de estrangeiros de

<sup>30</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 23.

Itapiranga para Xanxerê” (Spohr, 2016, p. 82). O programa incluía uma missa de ação de graças, uma partida de futebol, um jogo de tênis de mesa, o hasteamento da bandeira – com a presença de toda a população – e um matiné dançante. Estava delineado, naquele mês, o projeto de expulsão da população estrangeira de Porto Novo.

No dia 3 de fevereiro, em uma época em que o céu de Porto Novo estava tomado pela fumaça das queimadas que se proliferavam no clima seco, Maria Rohde e dezenas de outros estrangeiros residentes em Porto Novo foram convocados para a Sede Itapiranga para receberem ordens da Brigada Militar. Lá, de acordo com Rohde, “nós entregávamos nossos documentos e recebíamos a orientação de estarmos prontos para viajar, em 10 dias, quando deveríamos retirar os documentos necessários para a viagem e partir para o exílio [...]” (2011 [1951], p. 262). A ordem, era inquestionável: “diante de qualquer argumento que tentava provar a impossibilidade de tal medida, a resposta lacônica era sempre a mesma: quem não tivesse deixado sua casa, voluntariamente, até 13 de fevereiro, seria retirado de lá à força, pelos soldados, e posto a caminho” (idem).

Uma base legal possível para a expulsão dos estrangeiros é o Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939<sup>31</sup>, que versa sobre a concessão de terras em áreas fronteiriças. Segundo este Decreto-Lei, nenhum trecho de terras poderia ser concedido a estrangeiros em um raio de 30 quilômetros das linhas de fronteira. Além disso, todas as concessões a estrangeiros realizadas dentro de 150 quilômetros da fronteira teriam de ser aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional. Mesmo que este Decreto-Lei não previa a expulsão de estrangeiros em terras já concedidas, é possível inferir que a ação da Brigada Militar tenha tido base em uma interpretação da legislação, aplicando esta concepção na prática.

Com relação aos expulsos, é interessante abordar algumas trajetórias. No caso de Maria Rohde, apesar de ter sido convocada para a reunião, ela não foi forçada a deixar Porto Novo, uma vez que possuía cidadania estadunidense. Sua mãe, Josefina Wiersch, alemã, acamada após ter fraturado a bacia, também pôde permanecer, graças a um atestado médico. Mas há casos em que as diferentes nacionalidades dentro de algumas famílias fizeram com que alguns membros tivessem de migrar e outros pudesse permanecer.

<sup>31</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 set. 2021.

Esta foi a realidade de Ida Müller Welter, que, graças ao matrimônio com um teuto-brasileiro, foi a única de sua família – composta por pessoas de nacionalidade romena – que pôde permanecer. Outro caso, em uma situação oposta à de Welter, foi o do romeno Anton Ruscheinsky. Ruscheinsky foi o único de seu núcleo familiar – cujos pais eram russos, e alguns irmãos romenos ou brasileiros – a ter de deixar Porto Novo. Sua única irmã romena, também graças ao matrimônio com um brasileiro, pôde permanecer (JUNGBLUT, 2011, p. 468).

A expulsão dos alemães e romenos de Itapiranga não foi recebida com uma aceitação por parte da comunidade. Inicialmente, foram realizadas várias iniciativas no sentido de atrasar ao máximo a saída das caravanas. Enquanto isso, membros da *Volksverein* buscavam junto a autoridades no Rio de Janeiro a reversão das ordens da Brigada Militar. Finalmente, nos últimos dias de fevereiro, Apesar de muitas famílias terem vendido seus bens, em um processo onde tiveram de aceitar preços muito inferiores aos reais, a ordem de expulsão foi revertida.

Este ciclo de ações repressivas, iniciado em 1942, foi amenizado com a criação do Território Federal do Iguaçu, pelo governo central, em setembro de 1943. A totalidade do município de Chapecó, o que incluía o distrito de Itapiranga (cuja sede passou a ser denominada como “Vila Peperi”), foram incorporados ao novo Território, e a vigilância local foi realizada pelo Exército. A nova administração não fez com que os conflitos terminassem, mas amenizou certas ações, como as perseguições generalizadas, torturas e tentativas de expulsão conduzidas pela Brigada Militar. Independente dos novos rumos, os anos anteriores haviam demarcado, para Porto Novo, o estabelecimento definitivo de importantes instituições estatais, como as escolas e a polícia, que foram cruciais na integração das gerações seguintes.

## Perspectivas sobre o processo de nacionalização

Natal de 1945. A última inscrição no Livro Tombo referente àquele ano, revela que com o fim da guerra, algumas das políticas repressivas de nacionalização foram amenizadas: “o Natal celebra-se com a costumada solenidade, havendo Missa do Galo à meia noite em que depois de vários anos, o P. Luiz<sup>32</sup> saúda o povo na língua que ele comprehende”<sup>33</sup>. Desta forma, este trecho revela que foi possível

<sup>32</sup> Padre Luiz Heinen, o autor da obra “Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina” (1997).

<sup>33</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 31.

retomar manifestações em língua alemã, ainda que o medo instituído ao redor destas práticas tenha se mantido no período seguinte.

Mas a análise do período também revela que o processo de nacionalização não era linear e nem demarcado por uma ação passiva frente aos agentes do Estado. Neste sentido, a prisão do soldado Noel por suas ações exageradas, no episódio relatado no início deste artigo, revela as complexidades deste processo, demonstrando que as ações de agentes públicos estavam contidas dentro de certos limites. Também é importante pontuar que os agentes públicos eram, por vezes, oriundos da própria sociedade local, e, quando oriundos de fora, se inseriam no meio local, construindo laços de sociabilidade, ou até familiares.

Apesar das iniciativas agressivas em torno da nacionalização da população local, não foi o seu público alvo aquele a ser plenamente integrado, ou nacionalizado. As gerações seguintes, que cresceram e foram inseridas em um meio com instituições públicas já bem definidas e sob diretrizes organizadas, é que passaram a se incorporar nas perspectivas nacionais visadas. Um exemplo importante deste aspecto é o ensino, cujas novas gerações, a partir da década de 1940, realizaram em língua portuguesa.

Atualmente, línguas de origem alemã ainda sobrevivem na região, e os visitantes que circulam no meio urbano e rural escutam o contraste delas com falas em português e espanhol – este último presente em grande número graças ao significativo influxo de imigrantes venezuelanos nos últimos anos. Também existem, mas de forma mais rara, pessoas de idade avançada na região que ou não entendem ou compreendem com grande dificuldade a língua portuguesa.

Dentro deste universo, desde a década de 1970 é celebrada em Itapiranga a Oktoberfest, popular festa germânica que celebra a origem nacional, apesar de serem raros aqueles que tenham origem bávara na localidade. Também há o caso do município de São João do Oeste, que se apresenta como “Capital catarinense da língua alemã”, já que cerca de 95% da sua população ainda fala alguma língua alemã<sup>34</sup>. Neste município, também há o reconhecimento do alemão como língua cooficial<sup>35</sup>. Todas estas questões revelam como o processo de nacionalização não representou o desaparecimento

<sup>34</sup> Um pedaço da Alemanha no Extremo Oeste de Santa Catarina. **Canal Ideal**, 2021. Disponível em: <https://www.canalideal.com.br/post/um-pedaco-da-alemanha-no-extremo-oeste-de-santa-catarina>. Acesso em: 27 nov. 2023.

<sup>35</sup> SÃO JOÃO DO OESTE. **Lei Nº 1685, de 12 de julho de 2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-joao-do-oeste/lei-ordinaria/2016/168/1685/lei-ordinaria-n-1685-2016-dispoe-sobre-a-co-oficializacao-da-lingua-alema-no-municipio-de-sao-joao-do-oeste-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 nov. 2023.

das línguas e atividades culturais, e fez surgir relações híbridas no interior daquilo que é considerado como “ser brasileiro”.

### Referências bibliográficas

- BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: CEOM. **A viagem 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 81-108, p. 21-22.
- EÇA, Othon Gama Lobo D'. **Aos Espanhóis Confinantes**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992. Disponível em: <https://portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117722>. Acesso em: 01 set. 2021.
- DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. São Paulo: Todas as Musas, 2012.
- FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**: aspectos sóciopolítico-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepolh de. **Pangermanismo e Nazismo**: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- MAYER, Leandro. **O retrato da repressão**: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945). São Leopoldo: Oikos, 2017.
- MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2008. 271 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- MAYER, Leandro. **Politicalha de Aldeia**: os criminalizados do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional. Itapiranga: Editora Schreiben, 2021.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!”** as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. 324 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- PERAZZO, Priscila. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. Imprensa oficial do estado de São Paulo: São Paulo, 1999.
- QUIROGA, Alejandro. La nacionalización en España. Una propuesta teórica. Ayer, València, v. 2, n. 90, p. 17-38, 2013.
- QUIROGA, Alejandro. Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. **Segle XX**, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças**: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

SCHULZE, Frederik. **Emigração como projeto nacionalista**: a “germanidade” e discursos coloniais no sul do Brasil (1824-1941). São Leopoldo: Oikos, 2024.

SPOHR, Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

WELTER, Ida Müller Welter. **Uma imigrante teuto romena e outros escritos**. Itapiranga: PEST, 2010.